



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**THARRARA NORENS DE SOUSA RODRIGUES**

**PARA QUEM SERVE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA? ANÁLISE DOS  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA  
IMPLANTAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NAS COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO CEARÁ**

**ACARAPE**

**2025**

**THARRARA NORENS DE SOUSA RODRIGUES**

**PARA QUEM SERVE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA? ANÁLISE DOS  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA  
IMPLANTAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NAS COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO CEARÁ**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior.

**THARRARA NORENS DE SOUSA RODRIGUES**

**PARA QUEM SERVE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA? ANÁLISE DOS  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA  
IMPLANTAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NAS COMUNIDADES  
TRADICIONAIS DO CEARÁ**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Data de aprovação: 17/11/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Ricardo César Carvalho Nascimento**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>8</b>
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, os conflitos socioambientais entre comunidades tradicionais e megaempreendimentos têm se intensificado nas últimas décadas, refletindo as tensões entre interesses econômicos, preservação ambiental e direitos humanos. Esses embates emergem da expansão de grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas, mineradoras, agroindústrias e, mais recentemente, parques eólicos e solares. Tais empreendimentos são frequentemente implementados em territórios ocupados por comunidades tradicionais — quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores e agricultores familiares — que veem ameaçados seus modos de vida, suas culturas e a própria continuidade de suas existências coletivas.

A dinâmica desses conflitos é complexa e multifacetada, envolvendo dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. De um lado, os megaempreendimentos são apresentados como motores do desenvolvimento econômico e da geração de empregos, simbolizando a promessa de modernização e crescimento nacional. De outro, as comunidades tradicionais resistem, denunciando a ameaça à sua sobrevivência e à violação de seus direitos territoriais e culturais.

Sob uma perspectiva decolonial, é evidente que tais conflitos emergem da colonialidade, expressa na disputa pelo controle e pelo acesso aos recursos naturais e na exploração desmedida que conduz à degradação ambiental. Esse modelo de “desenvolvimento econômico”, sustentado pela lógica colonial, reproduz hierarquias históricas e perpetua a subordinação de povos e territórios tradicionais. Como aponta Carlos Brandão, é fundamental reconhecer as assimetrias de poder que estruturam esses embates: enquanto empresas dispõem de vastos recursos financeiros e influência política, as comunidades enfrentam imensas dificuldades para se organizar e reivindicar seus direitos diante da irracionalidade ambiental e das práticas predatórias dos agentes econômicos.

A partir dessa compreensão, é indispensável refletir sobre o papel da chamada transição energética. Embora seja apresentada como uma solução para os desafios ambientais e climáticos globais, sua implementação no Brasil, especialmente no Nordeste, está longe de ser inofensiva. A instalação de grandes usinas eólicas e solares e de suas infraestruturas de transmissão tem provocado intensos conflitos socioambientais e violações de direitos em comunidades tradicionais. Assim, torna-se urgente estabelecer mecanismos de proteção contra os riscos, danos e impactos que esses empreendimentos impõem aos

territórios e aos modos de vida locais.

O Brasil possui um potencial significativo para contribuir com a descarbonização global. No entanto, essa contribuição não pode ocorrer à custa dos povos e comunidades historicamente explorados e marginalizados. A transição energética é necessária diante da crise climática, mas, se continuar concentrada apenas na dimensão técnica e econômica, sem incorporar a justiça social, dificilmente promoverá melhoria nas condições de vida. A expansão das energias renováveis, conduzida sob a lógica extrativista, tem intensificado os conflitos territoriais e agravado as injustiças socioambientais, atingindo especialmente as populações rurais, florestais e costeiras.

Nesse sentido, temos nos empenhado em evidenciar os danos e impactos negativos decorrentes da produção e transmissão de energia renovável em larga escala, frequentemente mascarados sob o rótulo de “energia limpa”. Embora o país tenha um enorme potencial solar e eólico, essa transição não deve perpetuar o papel colonial do Brasil como exportador de commodities nem transferir o ônus ambiental e social às comunidades vulnerabilizadas.

A consulta às comunidades afetadas revela que parte significativa da solução está na implementação adequada das políticas públicas e na efetivação dos direitos já conquistados. Mais do que isso, é imprescindível transformar a política energética nacional, assegurando a participação popular em seu planejamento e execução. A implantação de políticas públicas deve anteceder os empreendimentos, e os estudos de potencial energético precisam considerar não apenas fatores técnicos, mas também o custo socioambiental — sobretudo para os grupos mais vulneráveis, como mulheres, comunidade LGBTQIAP+, crianças e adolescentes.

Minha trajetória pessoal e profissional se entrelaça diretamente com essa crítica ao modelo de desenvolvimento que orienta a transição energética no Brasil. Enquanto mulher negra, periférica e advinda das margens da sociedade, vivencio de forma concreta os impactos dos grandes empreendimentos sobre comunidades historicamente marginalizadas. Minha atuação junto a organizações indígenas, movimentos negros e coletivos populares me permitiu acompanhar de perto as lutas por território, cultura e dignidade diante de políticas públicas que negligenciam a centralidade dos direitos humanos.

Na assessoria jurídica de instituições como o Museu Indígena Pitaguary, o Comitê Intergestor de Demarcação de Terras Indígenas do Ceará e a Defensoria Regional de Direitos Humanos, presenciei os efeitos diretos da implantação de grandes projetos energéticos em territórios tradicionais. Esses espaços enfrentam ameaças sistemáticas de expropriação e invisibilização, sob o pretexto de uma suposta “modernização energética”. Nesse contexto,

compreendo que uma transição energética conduzida sem diálogo e sem respeito à autodeterminação dos povos apenas reforça a lógica colonial denunciada por Brandão, perpetuando desigualdades que busco cotidianamente combater por meio da minha atuação política e jurídica.

Ao ingressar na UNILAB durante o período pandêmico, minha motivação inicial era compreender as possibilidades do curso de Humanidades. Minha formação anterior, em Direito, deu-se em um ambiente elitizado e legalista, que, embora importante para a compreensão normativa, pouco reconhecia a pluralidade dos saberes e a colonialidade das estruturas estatais. Na UNILAB, encontrei uma proposta formativa comprometida com a integração e valorização das culturas e epistemologias do Sul Global — um espaço que ampliou meus horizontes e me forneceu ferramentas para questionar as narrativas hegemônicas e compreender como o setor energético reproduz dinâmicas históricas de exploração e marginalização.

A importância da UNILAB reside, também, em sua capacidade de promover uma formação humana e coletiva, incitando o engajamento direto com os problemas sociais. Esse ambiente acadêmico contribuiu de forma decisiva para o aprimoramento do meu repertório teórico e prático, gerando uma transformação profunda em minha atuação em defesa das comunidades marginalizadas. O aprendizado ali construído me equipou para identificar e enfrentar as injustiças, incorporando uma abordagem interseccional e decolonial na análise dos conflitos.

Assim, este trabalho nasce do encontro entre minha formação, minha trajetória e meu compromisso ético-político com a justiça social. Ele não se limita a uma análise técnica ou legalista, mas busca valorizar as vozes e resistências das comunidades afetadas e propor diretrizes para que a transição energética brasileira possa, enfim, romper com a lógica colonial e caminhar em direção a um modelo verdadeiramente sustentável, democrático e inclusivo.

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

No contexto da implantação de grandes usinas eólicas e solares no Nordeste brasileiro, é imperativo questionar a narrativa predominante que as retrata como fontes de energia limpa e inócuas. A aparente contradição entre essa narrativa e a realidade vivenciada pelas comunidades locais destaca a urgência de estabelecer mecanismos eficazes de proteção contra os riscos, danos e impactos resultantes desses empreendimentos.

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 GERAL

- O presente projeto O presente projeto tem como objetivo analisar os impactos dos conflitos socioambientais e das violações de direitos decorrentes na implantação de grandes empreendimentos energéticos nas comunidades tradicionais do Ceará

#### 3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar os principais conflitos socioambientais decorrentes da implantação de grandes usinas eólicas e solares no Nordeste brasileiro, com foco nas comunidades tradicionais do Ceará;
- Analisar as violações de direitos humanos e territoriais enfrentadas pelas comunidades afetadas pela instalação de empreendimentos energéticos no contexto do Ceará, considerando uma abordagem decolonial;
- Propor diretrizes e recomendações para uma abordagem mais inclusiva e participativa na formulação de políticas energéticas no Ceará, visando garantir a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e a promoção da justiça socioambiental na transição energética.

### 4 JUSTIFICATIVA

A relevância do presente estudo decorre da necessidade de compreender as complexas relações entre os modelos de desenvolvimento energético, a proteção socioambiental e os direitos humanos das comunidades tradicionais. Tal problemática adquire especial importância diante da crescente instalação de empreendimentos eólicos, solares e de hidrogênio verde (H<sub>2</sub>V) no Estado do Ceará, inseridos em um contexto global de transição energética e descarbonização da matriz produtiva.

O tema revela significativa importância prática, sobretudo considerando os vultosos investimentos públicos e privados empreendidos pelo Estado do Ceará em campanhas de projeção nacional e internacional que visam consolidar o estado como referência na produção de energia renovável e de H<sub>2</sub>V. Tais investimentos não se restringem a ações



pontuais, mas integram-se a uma estratégia de inserção na agenda global de transição energética. No entanto, a expansão acelerada desses projetos, sob a alegação de promoverem uma “energia limpa”, exige uma investigação aprofundada acerca dos impactos socioambientais e das violações de direitos que esses empreendimentos impõem às comunidades locais, em especial as populações tradicionais.

O modelo de transição energética adotado globalmente tem respondido, em grande medida, às necessidades dos países consumidores, configurando, no contexto brasileiro, uma expansão energética injusta, em vez de uma transição energética justa (TEJ). Essa lógica reflete a incorporação de uma agenda importada do Norte Global, marcada por um viés colonial e por práticas de neocolonialismo energético, nas quais os países desenvolvidos exploram recursos naturais e energéticos das nações em desenvolvimento para atender às suas próprias demandas, perpetuando relações desiguais. Segundo Guilherme Purvin (2025), tal dinâmica aprofunda as estruturas de poder coloniais e subordina os interesses e direitos das comunidades locais a agendas hegemônicas de caráter extraterritorial.

Aylla Beatrisse R. de Q. Guerra (2025) argumenta que os projetos de H<sub>2</sub>V implementados no Ceará reproduzem, em seu modo organizacional, um padrão neocolonial que se enquadra no conceito de colonialismo energético, conforme as seis dimensões propostas por Josefa Sánchez Contreras et al. (2023). Essa perspectiva demonstra que tais projetos tendem a perpetuar desigualdades históricas e a agravar processos de exclusão social já verificados com a instalação das usinas eólicas.

De modo convergente, as pesquisas de Emilia Davi Mendes (2024) e de Rárisson Jardiel Santos Sampaio e Flávia Mendes de Almeida Collaço (2025) analisam o Plano Estadual de Transição Energética Justa (PETEJ) do Ceará, apontando que, embora o documento demonstre compromisso com a sustentabilidade e a descarbonização, revela lacunas significativas em termos de justiça social e energética. Os autores destacam o favorecimento de grandes corporações e a ausência de mecanismos concretos de inclusão social e equidade para comunidades historicamente marginalizadas, evidenciando que o sistema energético vigente ainda se baseia em princípios de ocupação colonial, especialmente no Sul Global.

Nesse contexto, a pesquisa propõe analisar criticamente o modelo de transição energética cearense, problematizando as contradições entre o discurso de sustentabilidade e os impactos reais nos territórios tradicionais. A ausência de mecanismos de governança participativa e de instrumentos efetivos de consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção nº 169 da OIT, demonstra a urgência de repensar as formas de implementação

de políticas energéticas sob uma ótica de justiça e direitos humanos.

A pertinência deste estudo também se justifica pela necessidade de estabelecer mecanismos de proteção contra os riscos e danos causados pelos empreendimentos energéticos, assegurando a salvaguarda dos territórios e o fortalecimento das comunidades afetadas. Embora a descarbonização global seja um objetivo legítimo e necessário diante da crise climática, é imperativo reconhecer que tal contribuição não deve ser alcançada às custas dos povos historicamente explorados, marginalizados e vulneráveis.

Assim, esta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais justas e equitativas no processo de transição energética, integrando as dimensões da justiça energética — distributiva, processual, de reconhecimento e restaurativa — especialmente no que se refere à proteção das comunidades tradicionais do Ceará. A abordagem interdisciplinar proposta, que articula os aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais, visa fundamentar a formulação de políticas públicas que promovam uma transição energética verdadeiramente justa, ancorada em direitos, participação e equidade social.

## **5 REFERENCIAL TEÓRICO**

As violações de direitos nos territórios afetados por megaempreendimentos agravam as desigualdades estruturais que impactam os sujeitos historicamente excluídos da democracia e da cidadania. Mulheres cisgênero, população LGBTQIAPN+, crianças, adolescentes e pessoas idosas são particularmente afetadas, enfrentando múltiplas formas de violência no cotidiano. A perda de terras e modos de vida ancestrais resulta em sobrecarga doméstica e social, precarização do presente e do futuro das crianças e adolescentes, além da negação das necessidades de pessoas LGBTQIAPN+. Os direitos violados incluem, entre outros, o direito à identidade, à saúde reprodutiva, à proteção da infância e à acolhida com base na identidade de gênero.

Nesse contexto, é essencial compreender o papel do racismo ambiental como dimensão estruturante dos conflitos socioambientais. Conceituado por intelectuais negros como Robert Bullard (2001), o racismo ambiental evidencia a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, que recaem desproporcionalmente sobre populações negras, indígenas e tradicionais. No Brasil, tais grupos são frequentemente empurrados para áreas de risco ou alvos de empreendimentos que degradam o meio ambiente, comprometendo sua saúde, segurança e modos de vida.

O racismo ambiental evidencia a persistência de uma lógica colonial, que marginaliza

saberes, corpos e territórios considerados subalternos. Nos conflitos gerados por empreendimentos energéticos ou de infraestrutura, observa-se uma reprodução dessa lógica, em que o discurso da sustentabilidade esconde práticas de expropriação e silenciamento. Assim, a luta ambiental nesses territórios não pode ser dissociada da luta antirracista, exigindo a incorporação de uma abordagem interseccional nas análises e propostas de superação dos impactos, como sugere o presente projeto.

Mesmo em contextos de alinhamento político à esquerda em esferas local e nacional, o Estado não se desvencilha das amarras do capitalismo e da lógica colonial. A frágil presença de diálogo, relegando as vozes das comunidades tradicionais a último plano, desnuda a verdadeira estrutura que permeia a narrativa estatal sobre a transição energética, revelando-a como um novo processo de colonização, agora sob o manto da “sustentabilidade global”. Ao submeter-se aos interesses eurocentrados, o Estado contribui para a reprodução de um sistema global de hierarquias e desigualdades, no qual as comunidades locais são sistematicamente excluídas dos processos decisórios e dos benefícios do desenvolvimento.

O território, mais do que nunca, se faz objeto de disputa e precisa ser considerado em sua totalidade, sobretudo pela perspectiva de quem o mantém vivo. Milton Santos já apontava que território é forma, mas o território usado é sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez econômica, posta a serviço da competitividade, deve considerar esta premissa. A narrativa construída pelos organismos estatais deve levar em conta os sujeitos que habitam secularmente esses territórios e suas variadas formas de existência.

A perspectiva decolonial se mostra urgente, pois busca desconstruir narrativas dominantes e revelar as relações de poder subjacentes, especialmente em contextos onde a colonialidade ainda exerce influência. Aylla Beatrisse R. de Q. Guerra (2025) e Josefa Sánchez Contreras et al. (2023) definem essa dinâmica como colonialismo energético, categoria de análise que evidencia como a transição energética se baseia em uma lógica de exploração e desapropriação territorial. Guerra (2025) observa que a produção de H<sub>2</sub>V no Ceará é voltada à exportação, reproduzindo, no modo organizacional, um padrão neocolonial e configurando uma nova forma de colonialismo direcionado ao setor energético.

A literatura sobre conflitos socioambientais oferece percepções valiosas para compreender os desafios enfrentados por essas comunidades e os impactos negativos desses empreendimentos. Autores como Boaventura de Sousa Santos, em *Epistemologias do Sul*, destacam a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica, considerando aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. A justiça energética emerge como conceito

central, buscando garantir que a transição energética ocorra de maneira equitativa, sem agravar desigualdades existentes. Estudos de McCauley et al. (2013) e Sovacool et al. (2017, 2019) destacam a importância da distribuição justa dos ônus e benefícios, bem como o respeito aos direitos das comunidades afetadas, considerando dimensões distributiva, processual, de reconhecimento, cosmopolita e restaurativa.

A expansão da indústria eólica no Nordeste, base para os projetos de H<sub>2</sub>V no Ceará, tem sido caracterizada como prática neoextrativista, convertendo a região em uma “zona de sacrifício” da economia verde. Rárisson Jardiel Santos Sampaio (2024) argumenta que este modelo provoca conflitos e reproduz um padrão dominante de desenvolvimento baseado na lógica da despossessão, sobrecarregando desproporcionalmente comunidades e territórios vulneráveis.

Além disso, a perspectiva decolonial revela como as injustiças ontológicas e epistemológicas permeiam os sistemas energéticos, que permanecem estruturados por princípios de ocupação colonial. Walter D. Mignolo e Anibal Quijano fornecem arcabouço teórico para compreender como a colonialidade do poder influencia a distribuição desigual dos impactos da transição energética sobre comunidades historicamente marginalizadas.

Os impactos socioambientais não se limitam à esfera ambiental ou territorial, mas afetam modos de subsistência, economia, organização social, cultura e política local. O deslocamento forçado, a degradação de recursos naturais e a imposição de novas formas de organização rompem laços comunitários, enfraquecem vínculos culturais e provocam consequências psicológicas e afetivas, incluindo sentimentos de perda, desamparo e negação do direito à memória e pertencimento.

Os conflitos afetam desproporcionalmente grupos mais vulnerabilizados — mulheres, crianças, pessoas idosas e povos tradicionais — que muitas vezes assumem a responsabilidade de reconstruir redes de cuidado e resistência. A violência institucional e a ausência de mecanismos de reparação perpetuam ciclos de pobreza, exclusão e insegurança, revelando a urgência de um novo paradigma de desenvolvimento que reconheça e valorize as múltiplas dimensões da vida nos territórios.

Diante dessa complexidade, políticas públicas precisam ser reestruturadas com base em princípios de justiça socioambiental e interseccionalidade, garantindo instrumentos de planejamento e gestão que considerem saberes locais, demandas coletivas e formas próprias de organização das comunidades. É fundamental assegurar a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais em todas as etapas decisórias, em conformidade com a Convenção 169 da OIT, bem como criar políticas reparatórias que reconheçam danos e

promovam a restituição de direitos territoriais, culturais e sociais violados.

### **5.1 A DECOLONIALIDADE CRÍTICA E O DESAFIO DO COLONIALISMO ENERGÉTICO**

É fundamental que as políticas de sustentabilidade incorporem perspectivas de justiça, incluindo a justiça restaurativa. Urge a necessidade de assegurar que modos de vida e bem-estar das comunidades afetadas sejam protegidos. Em suma, a transição energética deve ir além da substituição de fontes, promovendo uma transformação estrutural que repare desigualdades, fortaleça a participação local e assegure a proteção dos direitos humanos e territoriais, atendendo às demandas históricas das comunidades tradicionais do Ceará.

Dessa forma, a análise dos conflitos socioambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos energéticos no Ceará — especialmente as usinas eólicas, solares e o Hidrogênio Verde (H<sub>2</sub>V) — exige uma imersão crítica na perspectiva decolonial. O projeto de pesquisa se situa no enfrentamento da colonialidade do poder, do saber e do ser, desvendando como a atual “transição energética” se configura, paradoxalmente, como uma nova roupagem do colonialismo energético e de práticas neoextrativistas. Essa dinâmica perversa demonstra que o sistema capitalista moderno, assentado em hierarquias raciais, está em um processo de reacomodação dentro dos desígnios globais neoliberais, o que Catherine Walsh denomina recolonialidade.

Para Frantz Fanon, a situação colonial é fundamentalmente uma negação da humanidade, uma negação sistematizada do outro. Ele descreve a sociedade colonial como um mundo cindido em dois, onde a exploração é mantida com grande reforço de baionetas e canhões. Ao analisar as violações de direitos territoriais e a expropriação de comunidades em nome de projetos globais, este projeto de pesquisa confronta essa violência bruta contemporânea. A luta pela terra e pelo território reafirma que o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra.

Esta perspectiva de confronto dialético é essencial para entender a resistência das comunidades tradicionais, como exemplificado no caso da Comunidade do Cumbe, localizado em Aracati/CE e certificado como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) desde 2014, serve como um exemplo paradigmático de como essa acumulação por espoliação (ou regime de desapropriação) opera sob o disfarce da energia limpa. A instalação do complexo eólico no Cumbe, a partir do final dos anos 2000, é descrita como uma lógica de apropriação exclusiva de recursos e planejada "a partir fora, exógena, ao lugar". Essa implantação causou danos socioambientais e conflitos territoriais, intensificando novas relações de produção através de gigantescos sistemas de engenharia e de tecnologia

estranhos ao lugar.

Os impactos no Cumbe foram severos e incluíram o soterramento de lagoas interdunares e o desmonte de dunas para terraplenagem, além de danos estruturais (rachaduras em casas e na igreja da comunidade) devido à trepidação e ao trânsito de veículos pesados. Diante da insatisfação dos moradores, o então presidente da Abeeólica minimizou os transtornos, afirmando que as reclamações partiam de “pessoas despreparadas” e que o impacto era baixíssimo. Essa negação do impacto e a invisibilização dos saberes locais reforçam o ciclo colonial. A resistência do Cumbe, inclusive mediante o fechamento da estrada em 2009, foi crucial para desconstruir o discurso da energia limpa e sustentável no País, conforme aponta Gorayeb (2019). Contudo, a instalação resultou em desmobilização e divisão interna, gerada pelo vínculo empregatício e pelo temor da perda de postos de trabalho entre os moradores.

A articulação dessa análise exige a perspectiva de contra-colonização de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), que contrapõe o pensamento monista e verticalizado à biointeração, modo de vida plurista e territorializado. A expropriação não é apenas física, mas epistêmica. Nego Bispo adverte que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMAS) funcionam como “novas versões da Carta de Pero Vaz de Caminha”, visando excluir os atingidos dos processos de decisão. A prática de licenciamento simplificado (RAS) foi utilizada no Cumbe e em outras comunidades, como na Praia de Xavier, em Camocim.

O caso de Xavier, no litoral oeste do Ceará, ilustra a imposição e a exclusão social. O parque eólico ignorou a comunidade no licenciamento, o qual apresentou apenas o distrito vizinho como localidade próxima, e promoveu a privatização de recursos de uso comum nos campos de dunas, negando o acesso físico a serviços básicos e áreas de subsistência. O resultado direto foi o déficit alimentar, já que os moradores não podiam mais pescar nas lagoas interdunares. A comunidade de Xavier lutou para ter acesso a direitos básicos, como energia elétrica, que só chegou um ano após o parque estar em pleno funcionamento. A resistência dessa comunidade só conseguiu impor compensações (como moradias de alvenaria) após embates jurídicos e o uso de mapas sociais para legitimar seu território.

A situação se repete em outros municípios, comprovando a reprodução do modelo extrativista. Em Aracaú, as comunidades próximas aos parques eólicos relataram dificuldade na obtenção de recursos dos manguezais e apicuns, essenciais para atividades de subsistência, devido à nova propriedade da terra e à construção de estradas. No entanto, a comunidade de Curral Velho em Aracaú, organizada, resistiu com sucesso à construção das turbinas em sua propriedade comum, o que levou os empreendedores a realocarem os

investimentos para comunidades menos organizadas.

Essa dinâmica neoextrativista é acertadamente criticada pela lente decolonial. A ecologia decolonial de Malcom Ferdinand evidencia como a modernidade colonial articula violência contra humanos e não-humanos. A dualidade Negroceano/Antropoceno demonstra que a crise ecológica não pode ser resolvida sem o enfrentamento das estruturas raciais. “O antirracismo e a crítica decolonial são as chaves da luta ecologista”, afirma Ferdinand. Essa tese converge diretamente com a realidade cearense, onde comunidades tradicionais são transformadas em zonas de sacrifício em nome da economia verde.

A crítica de Lélia Gonzalez ilumina as assimetrias estruturais do racismo na América Latina. Sua noção de Amefricanidade sustenta processos de autorreconhecimento e solidariedade, denunciando a falácia da democracia racial brasileira. Ao analisar os impactos desproporcionais sobre mulheres negras, indígenas e populações LGBTQIAP+, este projeto incorpora a perspectiva interseccional defendida por Gonzalez como fundamento político e epistemológico.

A “transição energética”, tal como conduzida pelo Estado e por corporações, atualiza o que Catherine Walsh denomina interculturalidade funcional: um reconhecimento superficial da diversidade, totalmente compatível com o neoliberalismo. A verdadeira transformação exige a interculturalidade crítica, construída “a partir das pessoas historicamente subalternizadas” e voltada para a ruptura com o “monólogo da razão moderno-ocidental”. Fanon e Césaire, ao conclamarem a “desescravizar as mentes” e “inventar almas”, apontam para o horizonte de uma pedagogia decolonial capaz de fortalecer insurgências e reexistências.

Por isso, a perspectiva decolonial adotada neste projeto não é apenas um recurso analítico: é um compromisso ético-político que desnaturaliza o discurso da sustentabilidade global e evidencia as lutas dos “oprimidos” e “condenados” do Ceará. A crítica ao colonialismo energético demonstra que a transição energética só será justa se for radicalmente decolonial.

## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 TIPOS DE METODOLOGIA**

A pesquisa qualitativa é fundamental para a análise de fenômenos sociais complexos, especialmente quando se trata de temas que envolvem diversas camadas culturais, políticas e econômicas. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das experiências humanas e dos significados atribuídos pelos indivíduos aos eventos que vivenciam. Segundo

Creswell (2010), a pesquisa qualitativa visa entender as percepções e interpretações dos sujeitos em seu contexto, o que a torna essencial para estudos de conflitos socioambientais e seus impactos nas comunidades.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pelo objetivo de explorar e compreender as realidades subjetivas dos grupos pesquisados. Enquanto os métodos quantitativos fornecem dados numéricos e estatísticos, a pesquisa qualitativa se dedica a aspectos que não podem ser reduzidos a números, como sentimentos, motivações, crenças e relações interpessoais. Essa metodologia permite ao pesquisador captar as vozes das comunidades afetadas, valorizando suas perspectivas e narrativas.

Marconi e Lakatos (2010) ressaltam que a pesquisa qualitativa não se limita à coleta de dados empíricos, mas envolve uma análise crítica e interpretativa. O pesquisador adota uma postura reflexiva e engajada, permitindo que novas questões ou direções de investigação surjam à medida que o estudo avança. Isso é especialmente relevante em estudos decoloniais, que buscam desafiar e questionar as estruturas de poder subjacentes aos fenômenos sociais.

No contexto de conflitos socioambientais no Ceará, a metodologia qualitativa é indispensável para capturar as complexidades das interações entre comunidades, Estado e empresas. Essa abordagem permite uma análise detalhada das dinâmicas de poder e das formas de resistência das comunidades frente aos desafios impostos por empreendimentos de grande porte. A flexibilidade do método possibilita ajustar o foco da pesquisa conforme surgem novas informações e insights durante a coleta de dados.

A coleta de dados qualitativa geralmente utiliza técnicas como entrevistas, grupos focais e análise documental, métodos que fornecem uma visão detalhada e multifacetada dos fenômenos estudados. As entrevistas semi-estruturadas, por exemplo, permitem uma troca mais livre e profunda entre o pesquisador e os participantes, revelando experiências e perspectivas que podem não ser abordadas em questionários fechados. Essas técnicas enriquecem o estudo ao trazer à tona vozes e histórias muitas vezes marginalizadas.

A análise qualitativa permite que o pesquisador identifique padrões e temas comuns nos relatos dos participantes, além de observar diferenças significativas nas experiências e percepções. Essa capacidade de detecção de nuances é fundamental para a investigação de questões que envolvem violações de direitos humanos, deslocamento forçado e perda de recursos essenciais. Os dados coletados podem ser organizados em categorias e analisados sob a lente da teoria decolonial, que ajuda a compreender como a colonialidade influencia



os processos contemporâneos de exploração e marginalização.

O caráter subjetivo da pesquisa qualitativa requer um pesquisador atento às particularidades de cada contexto estudado. Esse método demanda sensibilidade cultural e ética, especialmente quando lida com comunidades vulneráveis e questões de justiça social. O pesquisador precisa adotar uma postura de respeito e escuta ativa, garantindo que as vozes das comunidades sejam representadas com fidelidade e dignidade.

Outro aspecto relevante é a triangulação dos dados, que reforça a confiabilidade da pesquisa. A triangulação envolve a combinação de diferentes fontes de dados, como entrevistas, documentos e observações de campo, permitindo ao pesquisador construir uma análise mais robusta e coerente. Essa prática contribui para verificar a consistência das informações e identificar discrepâncias ou novas interpretações que possam surgir.

A metodologia qualitativa também promove uma abordagem participativa, na qual os participantes da pesquisa têm um papel ativo na construção do conhecimento. Em estudos sobre conflitos socioambientais, essa prática é importante para fortalecer a colaboração entre o pesquisador e as comunidades. A participação ativa contribui para que as comunidades se sintam valorizadas e reconhecidas como parte fundamental do processo de pesquisa.

Os desafios da pesquisa qualitativa incluem a necessidade de um tempo maior para coleta e análise dos dados e a subjetividade inerente ao processo interpretativo. No entanto, esses desafios são compensados pela profundidade e riqueza das informações obtidas. O compromisso ético e a transparência são essenciais para que a pesquisa seja conduzida de forma justa e responsável.

Em suma, a metodologia qualitativa é a escolha mais adequada para este estudo por permitir uma análise detalhada das experiências e resistências das comunidades tradicionais do Ceará. A abordagem proporciona uma compreensão abrangente das complexas relações de poder e dos impactos socioambientais decorrentes da transição energética. A perspectiva decolonial utilizada na análise ajuda a revelar as implicações da colonialidade e a amplificar as vozes das comunidades afetadas, contribuindo para uma proposta de soluções mais justas e inclusivas.

## **6.2 CONTEXTO DA REALIZAÇÃO**

O estado do Ceará, localizado no Nordeste do Brasil, tem sido palco de uma intensa expansão de empreendimentos de energia renovável, como usinas eólicas e solares. Essa região

se destaca por seu potencial em fontes de energia limpa, impulsionado por políticas públicas voltadas para a transição energética e a descarbonização. Contudo, esse cenário também evidencia uma série de conflitos socioambientais que emergem da interação entre o desenvolvimento econômico e os direitos das comunidades tradicionais que habitam o território. Esses conflitos ressaltam a complexa relação entre sustentabilidade e justiça social, uma questão central para a análise crítica de políticas energéticas.

As comunidades tradicionais do Ceará, compostas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores, têm uma relação histórica e cultural profunda com seus territórios. Esses grupos preservam práticas ancestrais e modos de vida que refletem uma coexistência harmoniosa com a natureza, contribuindo para a conservação ambiental e para a diversidade cultural do estado. No entanto, a chegada de grandes empreendimentos energéticos representa uma ameaça significativa a esses modos de vida, gerando tensões e disputas por território e recursos.

A implantação de usinas eólicas e solares muitas vezes ocorre sem a devida consulta e participação das comunidades afetadas, desrespeitando direitos garantidos pela legislação nacional e internacional. Esse processo evidencia a colonialidade presente nas práticas de desenvolvimento, onde os interesses econômicos e a atração de investimentos externos são priorizados em detrimento das vozes locais. Essa dinâmica perpetua uma lógica de exploração e marginalização, ecoando a histórica subordinação dessas comunidades frente aos poderes institucionais e corporativos.

Os impactos socioambientais da expansão dos empreendimentos energéticos no Ceará vão além da questão da ocupação territorial. A instalação de infraestruturas de grande porte provoca mudanças significativas no meio ambiente, afetando ecossistemas e a biodiversidade local. Comunidades que dependem da pesca, agricultura de subsistência e coleta de produtos naturais enfrentam desafios crescentes devido à degradação de seus recursos. Esse cenário contribui para a vulnerabilidade econômica e social, minando a capacidade de sustento e a autonomia das populações afetadas.

Os relatos de moradores e líderes comunitários frequentemente destacam a falta de diálogo e transparência por parte das empresas e do Estado na condução dos projetos. A ausência de processos de consulta prévia, livre e informada, conforme previsto pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), agrava as tensões e reforça a desconfiança

entre as comunidades e os agentes de desenvolvimento. Essa violação de direitos contribui para a percepção de que as comunidades são invisibilizadas nos processos decisórios, reforçando a desigualdade estrutural.

A literatura acadêmica e os estudos de casos relacionados aos conflitos socioambientais no Ceará mostram que, embora o discurso oficial destaque os benefícios econômicos e ambientais da transição energética, as comunidades locais muitas vezes não compartilham desses benefícios. As promessas de geração de emprego e melhoria na qualidade de vida não se concretizam de forma equitativa, e os impactos negativos acabam pesando desproporcionalmente sobre os mais vulneráveis. Essa disparidade revela um modelo de desenvolvimento que negligencia a justiça social e a distribuição justa dos ônus e benefícios.

A resistência das comunidades tradicionais do Ceará tem sido uma resposta significativa a esse cenário de exploração e exclusão. Movimentos sociais, organizações não governamentais e coletivos locais têm se mobilizado para denunciar as violações de direitos e exigir maior participação nos processos de decisão. Essas ações buscam garantir que as vozes das comunidades sejam ouvidas e respeitadas, defendendo a integridade de seus territórios e modos de vida. A luta dessas comunidades reflete uma demanda por justiça ambiental e energética, alinhada a uma visão decolonial que questiona as hierarquias de poder estabelecidas.

O papel do Estado na mediação desses conflitos tem sido ambíguo. Por um lado, ele é um promotor de políticas de incentivo à transição energética, buscando posicionar o Ceará como um líder no setor de energias renováveis. Por outro lado, muitas vezes se alinha a interesses corporativos, deixando de priorizar a proteção dos direitos das comunidades tradicionais. Essa postura evidencia um desequilíbrio nas relações de poder, onde as vozes das comunidades são subjugadas por pressões econômicas e políticas que favorecem grandes investidores e empresas multinacionais.

Os impactos culturais e sociais da instalação de empreendimentos energéticos também são profundos. A perda de territórios e a transformação dos espaços tradicionais afetam não apenas a economia local, mas também a identidade e o patrimônio cultural das comunidades. Os rituais, festividades e práticas coletivas que dependem do território são enfraquecidos ou interrompidos, gerando um processo de desestruturação social que afeta as gerações presentes e futuras. Essa realidade demanda uma reflexão sobre as políticas de desenvolvimento e a necessidade de inclusão das comunidades no planejamento e execução de projetos.

Outro fator relevante é o discurso de sustentabilidade que acompanha a transição energética. Embora a energia eólica e solar sejam apresentadas como alternativas limpas e sustentáveis, a forma como são implementadas no Ceará levanta questões importantes sobre o verdadeiro alcance desse discurso. A sustentabilidade não pode ser medida apenas pela redução de emissões de carbono, mas deve incluir a justiça social e o respeito aos direitos humanos como elementos essenciais. Sem isso, a transição energética corre o risco de reproduzir antigas práticas de exploração sob uma nova fachada.

A análise dos conflitos socioambientais no Ceará revela a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e participativa para a transição energética. As comunidades tradicionais devem ser vistas como parceiras no processo de desenvolvimento, e não como obstáculos a serem superados. Isso requer mudanças nas práticas de consulta e na forma como os projetos são planejados e executados, promovendo uma verdadeira democratização do acesso aos benefícios da energia renovável e a proteção dos direitos fundamentais das comunidades.

O contexto cearense é um exemplo paradigmático de como a busca por desenvolvimento econômico pode entrar em conflito com a preservação dos direitos humanos e ambientais. Esse cenário reforça a importância de estudos que abordem a transição energética de forma crítica, evidenciando as contradições e desafios que ela apresenta. Para que o Ceará seja um modelo de desenvolvimento sustentável, é essencial que suas políticas sejam moldadas por uma perspectiva de justiça social e ambiental.

Por fim, é crucial reconhecer que a transição energética, para ser verdadeiramente sustentável, precisa ser equitativa. Isso significa garantir que os benefícios sejam compartilhados de forma justa e que os impactos negativos sejam mitigados com a participação ativa das comunidades. A valorização do conhecimento e da cultura locais pode ser um caminho para construir soluções que respeitem tanto o meio ambiente quanto as pessoas que dele dependem para viver e prosperar.

### **6.3 PARTICIPANTES**

Os participantes desta pesquisa serão escolhidos com o objetivo de representar as comunidades tradicionais do Ceará que são diretamente afetadas pela instalação de empreendimentos energéticos, como usinas eólicas e solares. Esses grupos incluem quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores que habitam a região há gerações e têm uma profunda conexão cultural e econômica com seus territórios. A participação desses

indivíduos é crucial para entender as perspectivas e experiências daqueles que enfrentam as consequências dos projetos de infraestrutura energética em suas terras.

Será dada prioridade à escuta de lideranças comunitárias e pessoas com histórico de participação ativa nas lutas territoriais, culturais e ambientais dessas regiões. Trata-se de sujeitos que exercem papéis de referência dentro de suas comunidades, como caciques, coordenadores de associações locais, representantes de conselhos e coletivos, rezadeiras, pescadores e agricultoras de base comunitária. Essas lideranças detêm conhecimentos profundos sobre os modos de vida tradicionais, os impactos dos empreendimentos e as estratégias locais de resistência e adaptação. Sua inclusão é indispensável para garantir que a pesquisa seja orientada pelas vozes daqueles que vivem cotidianamente os efeitos das transformações impostas aos seus territórios.

Além das comunidades diretamente impactadas, a pesquisa contará com a participação de representantes de organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos socioambientais e territoriais dessas comunidades. Essas organizações têm um papel importante na articulação e mobilização social, fornecendo apoio e voz às comunidades em processos de resistência e reivindicação de direitos. A inclusão dessas entidades permitirá um entendimento mais amplo das ações coletivas e estratégias de resistência.

Para garantir uma análise equilibrada e completa, serão incluídos representantes de empresas e corporações responsáveis pela execução dos projetos energéticos. A perspectiva dessas empresas é essencial para compreender as justificativas e os desafios enfrentados na realização dos empreendimentos, assim como para avaliar suas práticas de consulta e diálogo com as comunidades. Essa abordagem busca mapear as dinâmicas de poder e as interações entre os diferentes atores envolvidos no processo.

Por fim, a seleção dos participantes seguirá critérios de relevância, diversidade e representatividade, garantindo que as vozes de todos os grupos envolvidos sejam ouvidas. Essa estratégia é fundamental para que a pesquisa não só identifique os impactos e conflitos gerados pelos empreendimentos energéticos, mas também para que compreenda as diversas formas de resistência e adaptação das comunidades. A abordagem participativa permitirá que os dados sejam coletados de forma rica e multifacetada, resultando em uma análise que reflete a complexidade das questões abordadas.

#### **6.4 TÉCNICAS QUE SERÃO UTILIZADAS**

Para a coleta de dados, a pesquisa empregará uma combinação de técnicas qualitativas

que permitirão uma análise abrangente dos conflitos socioambientais no Ceará. A principal técnica será a realização de entrevistas semi-estruturadas, que são fundamentais para capturar as experiências e percepções dos participantes de forma detalhada e contextualizada. Essas entrevistas fornecem uma base para explorar temas centrais e abordar novas questões conforme surgem durante a conversa, garantindo uma coleta de dados flexível e responsiva.

As entrevistas semi-estruturadas permitem que o pesquisador conduza a interação com perguntas pré-determinadas, mas abertas a respostas elaboradas e expansivas. Essa abordagem é útil para aprofundar a compreensão sobre como as comunidades tradicionais percebem os impactos das usinas eólicas e solares em seus territórios. Além disso, possibilita captar nuances e insights que podem não emergir em outros tipos de entrevistas mais rígidas ou padronizadas.

Ao favorecer a escuta ativa e a construção de confiança entre pesquisador e entrevistado, as entrevistas semi-estruturadas contribuem para que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas histórias, vivências e expectativas em relação aos conflitos socioambientais. Essa técnica é especialmente valiosa em contextos marcados por assimetrias de poder, pois permite que vozes historicamente marginalizadas sejam expressas de forma mais autêntica e respeitosa.

Além disso, a natureza aberta e flexível das entrevistas permite ao pesquisador adaptar o roteiro conforme o desenrolar da conversa, aprofundando temas que se mostram relevantes a partir da fala dos próprios participantes. Isso aumenta a riqueza do material coletado e amplia as possibilidades de análise crítica, sensível às especificidades culturais e territoriais de cada comunidade.

Os grupos focais serão uma segunda técnica essencial para a coleta de dados. Essa abordagem envolve a reunião de membros de comunidades impactadas para discutirem coletivamente as questões relativas à instalação de projetos energéticos. Os grupos focais ajudam a identificar percepções comuns, divergências e a dinâmica social que ocorre dentro das comunidades. Essa técnica é eficaz para revelar como as comunidades constroem narrativas coletivas de resistência e resiliência.

A participação em grupos focais possibilita que os entrevistados interajam entre si, o que pode enriquecer o conteúdo das discussões e proporcionar uma perspectiva mais coletiva e diversa sobre o problema. A troca de experiências e opiniões em um grupo pode estimular lembranças e insights que não seriam levantados em entrevistas individuais. Essa abordagem

também favorece a identificação de líderes comunitários e agentes de mobilização.

Os grupos focais também oferecem um espaço seguro para que os participantes expressem sentimentos de indignação, medo ou esperança diante das transformações em seus territórios. A presença de outros membros da comunidade pode encorajar falas mais espontâneas e aprofundadas, favorecendo o compartilhamento de experiências pessoais e coletivas que reforçam a construção de uma memória social sobre os conflitos vivenciados.

Outro ponto relevante é que os grupos focais podem ser organizados com base em critérios como gênero, idade ou ocupação, possibilitando a escuta de grupos específicos dentro das comunidades, como mulheres, jovens ou trabalhadores rurais. Essa segmentação permite identificar como diferentes sujeitos experienciam os impactos dos empreendimentos e quais estratégias adotam para enfrentá-los.

Observações de campo serão realizadas para complementar as informações obtidas nas entrevistas e grupos focais. A presença do pesquisador nas comunidades permitirá uma compreensão mais profunda do contexto local e da interação dos moradores com seus territórios. A observação direta oferece dados sobre comportamentos, práticas cotidianas e o ambiente físico, elementos que ajudam a compreender como os impactos dos empreendimentos se manifestam na vida prática das comunidades.

Durante as visitas de campo, o pesquisador fará uso de diários de campo como instrumento sistemático de registro. Esses diários incluirão descrições detalhadas do ambiente, percepções subjetivas, interações observadas e reflexões críticas sobre o processo de pesquisa. O diário de campo é um recurso importante para contextualizar os dados coletados e registrar impressões que podem ser cruciais na análise posterior, especialmente no que se refere à dinâmica social, às práticas de resistência e à circulação de saberes nas comunidades.

A coleta de dados por meio de entrevistas e grupos focais será complementada com o uso de gravações de áudio, que posteriormente serão transcritas para análise. A gravação permite que o pesquisador revise os dados quantas vezes forem necessárias, garantindo que nenhuma informação relevante seja perdida. As transcrições detalhadas servirão de base para uma análise mais minuciosa, permitindo a identificação de padrões e temas recorrentes.

O uso de técnicas de mapeamento participativo pode ser uma forma de engajar ainda mais as comunidades e coletar dados relevantes sobre o impacto dos projetos nos territórios. Essa técnica envolve a criação conjunta de mapas onde os participantes marcam áreas de interesse, pontos de impacto e locais importantes para a vida comunitária. Essa abordagem

visual ajuda a identificar as áreas mais afetadas e as relações entre os diferentes espaços de uso tradicional e os empreendimentos.

A triangulação de dados será uma prática contínua durante a pesquisa. Essa técnica envolve a comparação de dados de diferentes fontes e métodos para garantir a consistência e a validade das conclusões. A triangulação permite que o pesquisador verifique a precisão das informações e compreenda melhor as contradições que possam surgir entre diferentes relatos e documentos.

Os dados coletados serão organizados em categorias e subcategorias temáticas para facilitar a análise. A categorização permite que o pesquisador identifique padrões e conexões entre as diferentes percepções e experiências dos participantes. Esse processo ajuda a estruturar a análise de conteúdo, uma técnica que será detalhada na seção de análise de dados.

## **6.5 PROCEDIMENTOS**

A pesquisa começará com uma fase de planejamento que inclui a elaboração dos roteiros de entrevistas e o agendamento de visitas às comunidades e organizações. O contato inicial com lideranças comunitárias será feito para garantir que a coleta de dados ocorra de forma respeitosa e com a devida autorização. Essa fase é essencial para criar um ambiente de confiança e assegurar que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas experiências.

Em seguida, a coleta de dados em campo será realizada, começando com entrevistas individuais e grupos focais. Os encontros serão organizados em locais que proporcionem conforto e segurança aos participantes. Durante as entrevistas, serão utilizados dispositivos de gravação de áudio, com o consentimento dos entrevistados, para garantir a fidelidade na transcrição e análise dos dados.

A observação de campo será conduzida de forma complementar às entrevistas, permitindo ao pesquisador captar elementos contextuais que enriquecem a análise. Serão feitas anotações detalhadas sobre comportamentos, práticas sociais e interações dos membros da comunidade com o ambiente. Essas observações contribuirão para a contextualização das falas dos participantes e para uma análise mais integrada dos dados.

A análise documental será realizada paralelamente à coleta de dados em campo. Documentos relevantes, como estudos de impacto ambiental, políticas públicas e relatórios de organizações, serão revisados para fornecer um pano de fundo teórico e contextual à pesquisa.



Essa etapa ajudará a identificar discrepâncias ou convergências entre os relatos dos participantes e as práticas documentadas.

Após a coleta de dados, as gravações de entrevistas e grupos focais serão transcritas e organizadas em um banco de dados para análise. A transcrição será feita de forma detalhada, preservando o conteúdo e a intencionalidade das falas. Esse processo é essencial para garantir uma análise de conteúdo fiel às perspectivas dos participantes.

A categorização dos dados será realizada por meio de técnicas de análise temática, onde as informações transcritas serão divididas em categorias e subcategorias que representam os principais temas emergentes. Esse processo permitirá que o pesquisador identifique padrões, convergências e divergências nos relatos e observações.

## **6.6 ANÁLISES**

A análise dos dados será conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme a abordagem proposta por Minayo (1994). Essa técnica permite que os dados coletados sejam decodificados e interpretados de forma a revelar significados subjacentes e relações de poder. A análise de conteúdo é eficaz para examinar temas complexos e capturar a diversidade de perspectivas dos participantes.

Trata-se de um processo sistemático que envolve três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Na pré-análise, o pesquisador realiza uma leitura flutuante dos dados, buscando familiarizar-se com o conteúdo e identificar unidades de sentido relevantes. Na fase de exploração, essas unidades são codificadas e organizadas em categorias temáticas, permitindo a sistematização dos dados. Por fim, o tratamento e interpretação dos resultados permitem compreender os sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências, evidenciando tanto os discursos dominantes quanto as vozes dissidentes presentes nos contextos estudados.

O processo de análise começará com a leitura das transcrições e a identificação de categorias emergentes. Essas categorias serão organizadas de forma a refletir os principais tópicos abordados pelos participantes, como impactos socioambientais, práticas de resistência e percepções sobre políticas de consulta. Essa estrutura facilitará a compreensão dos principais achados e a organização das informações.

## **6.7 ASPECTOS ÉTICOS**

Inicialmente, reforçar-se o compromisso ético-político com os atores e atrizes sociais

envolvidos nesse processo investigativo, especialmente, considerando que o tipo de investigação que aqui se propõe diz respeito também às trajetórias de vida destes que se dispuseram a serem partícipes, e através da pesquisa podem ser levados(as) a refletir sobre si e sua realidade (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

Foi considerada a resolução de ética na pesquisa 510/2016, que diz respeito às questões éticas de pesquisa com seres humanos, definindo critérios, delimitações, entre outros aspectos referentes à pesquisa com seres humanos que priorizam em seu cerne a vida e a dignidade humana, e este trabalho de pesquisa seguiu as normas e procedimentos éticos desta resolução. De tal maneira, o compromisso ético aqui assumido é ampliar os benefícios e minimizar os prejuízos aos participantes da pesquisa, reconhecendo a possibilidade de riscos mínimos e disponibilizando aos mesmos e asseguramos disponibilidade a qualquer momento do pesquisador para esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da pesquisa.

Os participantes terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contando com uma explicação do propósito da pesquisa, as expectativas que se têm dos participantes da pesquisa, o procedimento que foram realizados com os dados, e também foi garantindo o sigilo e anonimato das pessoas informantes da pesquisa (BREAKWELL, et.al. 2010).

Assim, pontua-se como compromisso a realização da devolutiva dos resultados aos partícipes da pesquisa, que assim desejarem. Por fim, importante pontuar que o compromisso ético e social é transversal a esta pesquisa.

Todo o trabalho será orientado por diretrizes éticas que asseguram o respeito aos direitos e à dignidade dos participantes. O consentimento livre e esclarecido será obtido antes de cada entrevista ou participação em grupos focais. Os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa, seus direitos, e a possibilidade de retirar seu consentimento a qualquer momento.



## REFERÊNCIAS

- ALSTINE, James Van; et al. A framework for energy justice: The moral and political components of fairness. *Energy Research & Social Science*, v. 45, p. 30-42, 2018.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília, 2015.
- BRANDÃO, Carlos. Utopias urbanas e desafio democrático. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Curitiba: Ipardes, n. 105, p. 23-51, jul./dez. 2005.
- BREAKWELL, G. M.; FIFE-SCHAW, C.; HAMMOND, S.; SMITH, J. A. Métodos de Pesquisa em Psicologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- BULLARD, Robert Doyle. Environmental Justice in the 21st Century: Race Still Matters. *Phylon*, Atlanta, v. 49, n. 3-4, p. 151-171, 2001.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o Colonialismo. (PDF consultado pela autora).
- CONTRERAS, Josefa Sánchez; et al. Energy colonialism: a category to analyse the corporate energy transition in the global south and north. *Land*, Basel, v. 12, n. 6, article 1241, 16 jun. 2023.
- CRESWELL, J. W. Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. México: Fondo de Cultura Económica, 1961/2001.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar o mundo a partir do navio negreiro. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (Org.). Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2019.
- GUERRA, Aylla Beatrisse Rodrigues de Queiroz. Da nata do lixo ao luxo da aldeia: transição energética justa para quem? TCC (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.
- HEFFRON, R. J.; McCAULEY, D. What is the ‘Just Transition’? *Geoforum*, v. 88, p. 74-77, jan. 2018.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, J. A. G. Conflitos e danos socioambientais da produção de energia eólica na Comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil. *Revista GeoUECE*, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12797, 2024

MILANEZ, Bruno. Terra, clima e energia: a expansão energética injusta no Brasil. Relatório técnico. Juiz de Fora, 2025.

MIGNOLO, Walter D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton University Press, 2012.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.

PURVIN, Guilherme. Neocolonialismo energético: a transição verde não pode repetir a lógica extrativista. ((o))eco, 27 fev. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.

SAMPAIO, Rárisson Jardiel Santos. Transição energética justa frente à expansão das energias renováveis no semiárido nordestino: aspectos jurídicos e socioambientais dos conflitos sob a instalação de parques eólicos. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

SAMPAIO, Rárisson Jardiel Santos; MENDES, Emilia Davi; COLLAÇO, Flávia Mendes de Almeida. Justice or just plans? Reviewing the energy transition strategy of Brazil's Ceará state. *Energy Research & Social Science*, v. 119, p. 103865, jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, ano 6, n. 16, jun. 2005.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Editorial. *Revista de Políticas Públicas*, 2013.

SOVACOOOL, Benjamin K.; et al. Energy justice and energy system transitions: Insights from the developing world. *Energy Policy*, v. 135, 2019.

SOVACOOOL, B. K.; et al. Energy Justice: Conceptualizations, Principles, and Directions for Research. *Energy Policy*, v. 105, p. 677-691, jun. 2017.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: insurgir, re-existir e re-viver*. (PDF consultado pela autora).

MENDES, Emilia Davi. Políticas de transição energética justa em nível subnacional: uma análise crítico-propositiva a partir do plano de transição energética justa do estado do Ceará. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.